

se apóiam ainda na bibliografia especializada, tendo lugar de destaque a *Revista de Imigração e Colonização*, do Rio de Janeiro e o *Boletim do Departamento de Imigração e Colonização*, de São Paulo.

As AA. mostram inicialmente a preocupação dos Presidentes provinciais em promover o povoamento da província através da introdução de colonos europeus que também constituíam importante força de trabalho destinada a substituir a mão-de-obra escrava em extinção.

A problemática de recrutamento, transporte, recepção e redistribuição dos colonos é amplamente focalizada, assim como a instalação dos núcleos coloniais, sua organização administrativa, suas bases econômicas, sua vida de relações.

Nesse particular as dificuldades encontradas pelos colonos eram enormes, principalmente face à posição geográfica dos núcleos que se encontravam, na sua maior parte, localizados em áreas serranas florestadas, marginalizados em relação aos eixos de circulação então existentes. Não raro as únicas vias de circulação de que dispunham eram constituídas de canais fluviais.

Evidentemente, o isolamento dos núcleos acarretava inúmeros problemas não só no plano econômico mas também concernentes à assistência médica, educacional e religiosa. Ainda vinculado ao isolamento, o problema de adaptação dos colonos, sua dificuldade de assimilação e completa integração à comunidade brasileira. — ADYR APPARECIDA BALASTRERI RODRIGUES

PIERSON, Donald — *Branco e pretos na Bahia: estudo de contacto racial*. Introdução de Arthur Ramos e Robert E. Park. 2ª ed. São Paulo, 1971, Companhia Editora Nacional. (Brasília, v. 241).

Como Assistente de Pesquisa do Social Science Research Comité da Universidade de Chicago, Donald Pierson, com rígida formação metodológica, discípulo de Robert E. Park, teve a oportunidade de vir ao Brasil, mais especialmente à Bahia, onde estudou, *in loco*, problemas de contacto racial, durante 22 meses, ou seja, entre 1935 e 1937. Publica sua pesquisa, pela primeira vez em inglês, sob o título *Negroes in Brazil: a study of Race Contact at Bahia*, pela University of Chicago Press em 1942. A obra é reeditada pela Southern Illinois University Press em 1967, com Prefácio e Apêndice sobre método, escritos pelo autor e introdução de Arthur Ramos, preparados especialmente para a primeira edição brasileira, e uma nova introdução pelo autor, escrita para esta edição. Este trabalho é considerado pioneiro do ponto de vista da investigação do negro, principalmente pelo tratamento que o autor dá à sua pesquisa. Pela primeira vez no Brasil, alguém tenta analisar com objetividade científica a "situação racial" baiana. Nota-se desde o Projeto de Pesquisa, publicado em Apêndice, na obra em apreço, que Pierson, além de se ater às linhas do método científico em pesquisa social, ainda insiste na introdução que "a análise nele contida não deve ser facilmente generalizada para todo o Brasil", uma vez que se refere à Bahia.

Em 1939 é convidado para colaborar no desenvolvimento de uma escola pioneira em Ciências Sociais, em São Paulo, aí permanecendo quase dezesseis anos. Segundo ele, nesta época, havia pouco interesse pela "situação racial" no Brasil tanto nos círculos educacionais quanto também em outros setores. Por volta de 1951, entretanto, o interesse pelo assunto tinha se desenvolvido em alto grau em certos círculos intelectuais, tornando possíveis os estudos da UNESCO em vários pontos do País. Se entre a primeira e segunda edição desta obra temos um espaço de trinta anos, Pierson pergunta à página 29: "Até onde seria exata a identificação da 'situação racial' na Bahia? Ter-se-ia esta situação modificado no intervalo



transcorrido? Em que grau era, e é, tal situação representativa de todo o Brasil? Saberemos hoje mais do que sabíamos então, com referência às circunstâncias que a produziram?"

Na introdução à segunda edição analisa com cuidado a questão das contradições nos relatos a respeito do caráter exato da "situação racial" do Brasil e enumera várias razões, entre elas a imensidão geográfica, a natureza sutil da "situação racial" aqui, as definições imprecisas que confundem o leitor sobre o significado das palavras, o restrito volume de pesquisas de qualidade empírica e às variações nos objetivos, abordagens e métodos dos escritores da especialidade. Das razões acima enumeradas detém-se mais de perto sobre temas como preconceito e discriminação comparando com o Brasil, Estados Unidos e África do Sul, chegando até ao problema de como determinar a *posição social* no Brasil. Valeu-se nessa determinação de cinco critérios: (1) laço familiar; (2) grau de instrução; (3) competência pessoal; (4) condição econômica; (5) cor.

A obra em análise é um trabalho de interesses sociológico e antropológico das relações de raça e cultura. Trata de algumas das conseqüências do maior movimento de população de toda a história, das migrações associadas à expansão da Europa Ocidental.

Lança mão do método comparativo auxiliado por técnicas estatísticas de fatura de questionários para inquérito e levantamentos com amostragens também estatísticas, embora clame pela falta de estatísticas atualizadas no Brasil.

Esta obra representa a primeira tentativa científica que surge no Brasil de estudo sistematizado e objetivo das relações de raça, abrindo novas perspectivas na Sociologia Brasileira no capítulo das relações de raça. Dizem os entendidos que com esta obra a Antropologia Social no Brasil, evolui de ciência puramente histórica, para uma Antropologia mais "funcional" e neste contexto o "problema racial" assume novas dimensões.

A obra está dividida em seis unidades, que por sua vez se subdividem em doze capítulos. (I) O cenário — Com dois capítulos: o porto da Bahia e a distribuição espacial das classes e cores. Procura explicar porque escolheu a Bahia como local de suas pesquisas, por ser onde a "situação racial" se apresenta diferente das que são encontradas nas colônias britânicas, na Índia e nos Estados Unidos. A Bahia é como uma "porta" indicada para se entrar e examinar, *in loco*, a situação de contacto entre brancos e negros, pelos longos anos de acomodação social. A distribuição da população de classe segula de perto a configuração da terra. A vinda de escravos para o Brasil está ligada à expansão açucareira. A escravatura no Brasil caracterizou-se, em geral, pelo desenvolvimento gradativo e contínuo de relações pessoais entre senhor e escravo, relações que tenderam a humanizar a instituição e solapar seu caráter formal. Análisa o processo de alforria como uma das alternativas para que a libertação fosse feita, aqui, de maneira gradativa e pacífica. No Brasil, a Casa Grande possibilitou um contacto pessoal e íntimo onde a instituição da escravatura vai perdendo gradualmente suas características de instituição da escravatura e assumiu os de instituição patriarcal e familiar. Salienta também a este respeito o papel da Igreja Católica. Isto é que ele procura analisar no segundo capítulo: A escravidão.

Em a Miscigenação (capítulos 5 e 6), faz um estudo comparativo entre Estados Unidos e Brasil e explica pela formação da família a origem de um intenso processo de miscigenação no Brasil, favorecida inicialmente pela mancebia e mais tarde por meio de inter-casamentos legais. A tendência geral é para que a porção predominantemente de origem européia absorva os mestiços mais claros, enquanto por sua vez os mestiços absorvem os pretos, processando-se a "arianização pro-



gressiva". Sobre casamento inter-racial, à falta de dados estatísticos seguros, sente dificuldade para provar sua hipótese de que poucos casamentos tinham transposto as linhas de classe. A taxa de casamentos inter-raciais está aumentando. Aponta os fatos que auxiliam o casamento do negro com pessoas da classe alta.

A quarta unidade é Raça e *status* social em três capítulos. Pierson mostra como os mestiços livres começaram sua ascensão social. Coloca entre os fatores predominantes deste estado de coisas a mobilidade, tanto vertical como horizontal da população brasileira. Na determinação do *status* social, a competência tende a superar a origem racial. Na época de sua pesquisa havia duas classes de pretos na Bahia: 1) dos que sabiam de um problema racial em outros países e falavam a respeito; 2) dos que não tinham esse conhecimento.

Nos capítulos 10 e 11 da quinta unidade trata da "herança africana", estudando os africanos e os candomblés. Os africanos nativos, como elementos da população, estavam quase extintos na época da sua pesquisa, sendo que havia algum contacto com a África através de laços de família. Estuda neste capítulo a "assimilação": "O caso dos africanos, na Bahia, confirma a hipótese de que a transformação das experiências interiores, característica de todos os casos de assimilação, é processo que passa despercebido ao próprio indivíduo e que às vezes se acha em oposição às suas resoluções e desejos" (p. 302). Em "o candomblé" procura descrever o que é o candomblé, estudando o processo de liderança dos mesmos. Com referência à origem e à identificação culturais, existem três tipos principais de candomblés na Bahia: o gegê-nagô, o congo-angola e o caboclo. Trata ainda da função social e primária do candomblé: reforço de atitudes e sentimentos que distinguiram os africanos e seus descendentes da população européia e da maior parte dos mestiços.

Resume no capítulo *Branços e Pretos na Bahia* a longa observação realizada. A miscigenação e o inter-casamento auxiliados pela grande mobilidade da sociedade brasileira concorreram para que uma mistura racial se processasse em larga escala. Surge, então, o mestiço, que sobe gradualmente a escala social. Embora grande número de negros tenham ainda *status* social baixo, não há, porém, preconceito de raça no sentido americano, mas sim um preconceito que é antes de classe.

Procura ater-se aos fatos e relata suas observações apenas em termos descritivos ou analíticos e não em termos apreciativos e normativos. Explica as razões de sua abordagem metodológica, sugerindo vinte e seis hipóteses para "testing" posterior, para responder à questão: "por que a estrutura da sociedade escravocrata balana não se transformou na de casta, como aconteceu nos Estados Unidos?"

Obra pioneira, objeto de críticas de outros sociólogos e antropólogos que seguiram suas pegadas, válida como tentativa de se dar ao estudo da "situação racial" no Brasil uma perspectiva científica baseada em moderna metodologia. Como bem diz, aqui e ali em sua obra, não pretendeu esgotar o assunto acerca da assimilação e aculturação no Brasil — mas antes propõe-se a fazer um "reconhecimento" geral da situação — é por si uma maneira de abrir claros onde futuros pesquisadores poderão ter uma visão mais segura do que observar. As considerações críticas de que foram objeto as idéias expostas pelo autor demonstram que sua obra é um clássico neste assunto, e como tal deve ser lida, discutida e testada. — TEREZINHA MARIA BRAVO

SEYFERTH, Giralda — *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim (um estudo de desenvolvimento econômico)*. Porto Alegre, Editora Movimento, 1974.

No capítulo II, reservado ao povoamento do Vale do Itajaí-Mirim, a A. história a imigração alemã no Brasil com os seus insucessos iniciais até 1860, ao